

Artigo de Reflexão/Ensaio

O conceito de mobilidade urbana: articulando ações em terapia ocupacional

The concept of urban mobility: articulating actions in occupational therapy

Monica Villaça Gonçalves^a , Ana Paula Serrata Malfitano^b 

^aUniversidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, ES, Brasil.

^bUniversidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

Como citar: Gonçalves, M. V., & Malfitano, A. P. S. (2021). O conceito de mobilidade urbana: articulando ações em terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29, e2523. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoARF1929>

Resumo

Mobilidade urbana é um conceito que tem sido empregado em diversas publicações e é utilizado por diferentes áreas do conhecimento. A mobilidade urbana é indispensável para a efetivação do direito à cidade, sendo uma dimensão fundamental para a compreensão do cotidiano dos sujeitos, individuais e coletivos. Este artigo discute a possibilidade de incorporação do conceito de mobilidade urbana na terapia ocupacional. Para tal, apresenta o conceito de mobilidade urbana por diferentes áreas do conhecimento, como o urbanismo, engenharia, geografia e ciências sociais. A partir da construção de seu entendimento ampliado, busca-se refletir sobre como se dá a articulação do conceito com as práticas ou os fundamentos da profissão. Com apoio da literatura da área, categorizou-se quatro possibilidades de articulação entre mobilidade urbana e terapia ocupacional, sendo elas: a mobilidade urbana como: (1) um componente da avaliação da ação do terapeuta ocupacional, (2) um recurso terapêutico-ocupacional, (3) o objetivo da intervenção e (4) no trabalho com políticas públicas de planejamento urbano. Considerando as dimensões relacionadas com a mobilidade urbana, como os fatores sociais, físicos e atitudinais relacionados à sua efetivação, integradas de forma relevante ao cotidiano de vida dos sujeitos, entende-se que este conceito pode ser incorporado por terapeutas ocupacionais em suas práticas profissionais e em seus estudos para a efetivação de uma ação crítica, em busca da participação social dos sujeitos com os quais o profissional trabalha.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Liberdade de Circulação, Cidade, Urbanização, Planejamento de cidades.

Abstract

Urban mobility is a concept that has been employed in various publications and is used by different areas of knowledge. Urban mobility is indispensable for the

Recebido em Abr. 15, 2019; 1ª Revisão em Jun. 12, 2019; 2ª Revisão em Jul. 29, 2019; Aceito em Ago. 16, 2019.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

consolidation of the right to the city, being a fundamental dimension for the everyday lives understanding of the individuals and groups. This article discusses the possibility of incorporating the concept of everyday urban mobility in occupational therapy. For this purpose, it is presented the concept of urban mobility by different areas of knowledge, such as urban planning, engineering, geography, and social sciences. Based on the construction of an expanded understanding of this concept, we sought to reflect on how the articulation between the concept of urban mobility and practices or fundamentals of the profession has been doing. With support in the literature of the area, four possibilities of articulation between urban mobility and occupational therapy were categorized: urban mobility as (1) a component of the occupational therapy evaluation, (2) an occupational therapeutic resource/tool, (3) the objective of the intervention and (4) the action in urban planning public policies. Considering the dimensions related to urban mobility, such as the social, physical, and attitudinal factors related to its effectiveness, integrated in a relevant way to the everyday life of the people; it is understood that this concept can be incorporated by occupational therapists in their professional practices and their studies for the realization of a critical action that aims the social participation of the individuals with whom the professional work with.

Keywords: Occupational Therapy, Right to Freedom of Movement, Cities, Urbanization, City Planning.

Introdução

Mobilidade urbana é um conceito que tem sido empregado em diversas áreas do conhecimento, sendo divulgado em múltiplas publicações. São várias as definições que podem ser encontradas, sendo importante destacar que, nem dentro de um mesmo campo de estudo, trata-se de algo consensual, caracterizando-se, portanto, como um termo polissêmico e interdisciplinar (Florentino, 2011).

Podemos afirmar que a discussão sobre mobilidade urbana se relaciona diretamente com o conceito de “direito à cidade”, introduzido por Henri Léfèbvre, em 1969. Para o autor, o direito à cidade é relacionado ao direito à participação e à apropriação da cidade, o direito aos “locais de encontros e de trocas, aos ritmos de vida e emprego do tempo que permitam o uso pleno e inteiros desses momentos e locais” (Léfèbvre, 2001, p. 139). Para ele, o direito à cidade é “uma forma superior de direito” (Léfèbvre, 2001, p. 134), sendo que, para alguns movimentos sociais organizados que lutam por essa pauta, é caracterizado como um direito humano essencial, conforme proposto pela Carta Mundial pelo direito à cidade.

Não abordando aqui as discussões acerca das diferentes dimensões do direito, o que assinalamos é a presença da temática na agenda de diversos movimentos sociais. No Brasil, o início dessa pauta de reivindicação pode ser localizado na década de 1980, a partir do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU). A organização coletiva daquele movimento conseguiu incluir na Constituição Federal de 1988 dois capítulos sobre Política Urbana (capítulos 182 e 183), que culminaram mais tarde na instituição do Estatuto das Cidades (Brasil, 2011) e na criação do Ministério das Cidades (em

2003). Tais instrumentos legislativos incluem, na gestão urbana, a participação de diversos atores interessados nesta discussão, possibilitada pelas Conferências Nacionais das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades (Cafrune, 2016; São Paulo, 2015).

Nesta perspectiva, a concretização do direito à cidade se articula à mobilidade urbana, pois “[...] a mobilidade é uma dimensão crucial do direito à cidade, permitindo a integração entre pessoas e espaços [...]” (Florentino, 2011, p. 47). Tradicionalmente, os estudos sobre a mobilidade urbana se centram no campo da engenharia e do urbanismo (Florentino, 2011), com um enfoque voltado para as questões relacionadas ao trânsito e ao transporte. Contudo, considera-se uma restrição sua circunscrição aos deslocamentos físicos dos sujeitos, na medida em que o ato de se movimentar e/ou circular envolve elementos políticos, culturais, sociais e subjetivos, para além dos aspectos físicos.

Considerando tal debate, neste trabalho enfocamos o conceito mobilidade a partir da inclusão de diferentes dimensões da vida cotidiana. Assim, ao usar o termo mobilidade urbana, referimo-nos a uma noção que supera a ideia de deslocamento físico e analisa também as suas causas e consequências, ou seja, busca abordar as transformações sociais relacionadas ao movimento, às significações desses deslocamentos para a vida de pessoas e grupos, entendendo, portanto, a mobilidade como uma prática social (Balbim, 2016; Souza, 2014) marcada pelo lugar social ocupado pelos sujeitos individuais e coletivos em suas vidas. Neste sentido, compreendemos que a expressão mobilidade urbana incorpora, de maneira implícita, a adjetivação cotidiana, por se tratar do local onde a mobilidade ocorre; assim, deixamos subentendido que toda vez que abordarmos mobilidade urbana estamos compreendendo que se refere ao cotidiano concreto de vida dos sujeitos, grupos e comunidades.

Em síntese, o conceito de mobilidade urbana aplicado neste texto se refere a uma prática social, definida pelos significados, impactos e representações dos deslocamentos e movimentos cotidianos de pessoas e coletivos pelo espaço urbano, sendo imprescindível para a sua participação social e efetivação da cidadania. Assim sendo, a mobilidade urbana ocorre no cotidiano, marcada, influenciada e por vezes determinada pela posição social dos sujeitos e suas possibilidades na vida social. É a partir dessa relação que podemos pensá-la como um elemento importante para ser considerado na prática em terapia ocupacional, na medida em que trabalhamos com o cotidiano como o *locus* de ação do terapeuta ocupacional (Galheigo, 2003; Malfitano, 2016). Neste constructo, objetivamos, por meio deste artigo, refletir sobre as possibilidades de contribuição da incorporação do conceito de mobilidade urbana para as práticas em terapia ocupacional.

Mobilidade urbana e a terapia ocupacional: quais as relações possíveis?

Todas as profissões têm suas sustentações epistemológicas e fundamentações teóricas modificadas “[...] conforme mudam os valores e as configurações de poderes políticos nos contextos em que elas estão inseridas [...]” (Medeiros, 2000, p. 62). Em uma sociedade capitalista marcada por diferentes desigualdades socioeconômicas, lutar pelo enfrentamento de tais desigualdades e buscar a liberdade, a participação, a emancipação e a garantia dos direitos humanos e sociais de diferentes indivíduos e grupos passam a ser fundamentos da prática terapêutica ocupacional para os profissionais que analisam

criticamente a profissão diante do contexto em que se inserem (Córdoba, 2012; Algado, 2016).

Na década de 1970, por exemplo, durante o período da ditadura civil-militar, iniciou-se uma reflexão a respeito de modelos e das práticas de terapia ocupacional em vigor até então no Brasil, quando profissionais começaram a repensar suas ações dentro das instituições e a buscar novos fundamentos para construir inovações nas formas de atuação. Essas reflexões levaram à composição de “[...] uma prática inovadora em terapia ocupacional marcada pelo princípio territorial da assistência [...]” (Barros et al., 2007, p. 355), que buscou uma aproximação com os sujeitos e o alcance dos espaços reais da vida, cada qual com seus objetivos, técnicas e fundamentos. Desta forma, a discussão sobre território, entre outros, passou a compor o cabedal de conceitos para a formação e a atuação prática do terapeuta ocupacional.

Na discussão sobre os referenciais teóricos conceituais da profissão, diversos conceitos têm sido incorporados por terapeutas ocupacionais acerca de sua identidade e prática profissional, como ocupação, atividade, cotidiano, modos de vida, inserção/inclusão social, participação social, dentre outros. Considerando a relevância deste debate, neste texto, explicitamos a abordagem do conceito cotidiano, que tem sido utilizado por terapeutas ocupacionais desde os anos 1990 (Galheigo, 2003). Inicialmente, este foi mais empregado pelas ciências sociais, com base no entendimento de que, para se apreender processos sociais, de indivíduos e coletivos, apenas um olhar “de dentro”, ou seja, da dimensão pormenorizada da vida, pode proporcionar que se entenda as vivências e os seus significados, suas representações e sentidos. Na terapia ocupacional, sua incorporação vem a partir de uma leitura crítica das práticas realizadas, em um momento no qual os terapeutas ocupacionais buscavam cada vez mais contextualizá-las com a realidade, abarcando o contexto social, histórico, econômico e cultural, e as formas de inserção e participação coletiva dos sujeitos e grupos com as quais realiza suas intervenções (Galheigo, 2003).

Nesta perspectiva, território e cotidiano se integram, na medida em que se direcionam para o contexto em que as pessoas vivem. Adicionamos que o trabalho territorial no cotidiano de vida das pessoas requer, entre outras questões, abordar a mobilidade, o acesso e restrições aos diferentes espaços geográficos que compõem a vida de sujeitos, grupos e/ou comunidades. Considerando que a terapia ocupacional atua com populações em diversas situações de vulnerabilidade, que têm seus direitos violados e sua participação social limitadas, por diferentes fatores e em diferentes contextos, e que tem como objetivo buscar algum nível de transformação social (Galheigo, 2012), incorporar as reflexões acerca da mobilidade de sujeitos individuais e coletivos compõe a construção de um pensamento crítico a respeito da epistemologia e da prática da profissão.

Defendemos que o estudo da mobilidade urbana por terapeutas ocupacionais pode ser relevante para suas práticas e pesquisas. Para a defesa de tal argumento, apresentaremos a seguir a discussão da mobilidade urbana como uma forma/instrumento de avaliação em terapia ocupacional, um recurso da prática para se atingir o objetivo proposto, o objetivo final da intervenção, ou até mesmo para fundamentar a inserção da profissão na discussão das políticas públicas de planejamento urbano. Apesar de propormos uma divisão analítica destas quatro possibilidades, cabe ressaltar que as fronteiras entre elas, especialmente quando falamos de avaliação, recurso

e objetivos são porosas e que, muitas vezes, na prática, articulam-se e não delimitam individualidades, mas, sim, características compartilhadas e comuns.

Mobilidade urbana como instrumento avaliativo

As avaliações e os instrumentos avaliativos em terapia ocupacional são bastante valorizados nas práticas profissionais e de pesquisa por parte dos profissionais da área (Cavalcanti & Galvão, 2007).

Aplicando especificamente a discussão da avaliação em terapia ocupacional e a questão da mobilidade urbana, é preciso considerar diversos fatores que influem na mobilidade, sendo que estes podem ser divididos entre fatores pessoais, sempre considerando sujeitos individuais e coletivos (gênero, idade, escolaridade, condições físicas, renda, etnia, religião e cultura); familiares (ciclo de vida, posse de veículo particular) e externos (oferta de meios de transporte, localização do destino desejado, horário de funcionamento dos destinos e dos meios de transporte, segurança pessoal).

Na perspectiva do direito à cidade, conforme proposto por Léfèbvre, avaliá-la é importante para terapeutas ocupacionais que atuam na maioria das subáreas da profissão, pois se trata de um elemento informativo acerca da vida cotidiana da pessoa, grupo ou comunidade em questão, onde a pessoa está ou irá retornar. Essa avaliação pode prever, por exemplo, como está o seu acesso a diferentes serviços e espaços públicos; apontar a possibilidade de inserção e manutenção no mercado de trabalho; desvelar o uso do tempo nas atividades diárias; assinalar necessidades e desejos individuais e coletivos de estar em espaços; perceber como estão as funções físicas, cognitivas e psicossociais que são necessárias para que se tenha uma boa mobilidade pelas cidades; utilizar como avaliador da implementação de políticas públicas de acessibilidade; avaliar a necessidade de uso de equipamentos de tecnologia assistiva que auxiliem na circulação; entre outras possibilidades.

Algumas publicações específicas da área já definem o conceito de mobilidade e propõem sua avaliação e mensuração. Para a AOTA – American Occupational Therapy Association (2015)¹, por exemplo, mobilidade é “[...] planejar-se e mover-se na comunidade e usar o transporte público ou privado, como dirigir, caminhar, andar de bicicleta ou acessar e locomover-se através de ônibus, táxi ou outros sistemas de transporte [...]” (Cavalcanti et al., 2015, p. 20).

Nos instrumentos já utilizados mais comumente pelos profissionais, o termo mobilidade aparece mais frequentemente se referindo à transferência de posicionamento, como na Medida de Independência Funcional – MIF (Riberto et al., 2001) e no Inventário de Avaliação Pediátrica de Incapacidade – PEDI (Mancini, 2010). Neste último, o item mobilidade avalia também a locomoção e o ambiente externo, por exemplo. A MIF utiliza o termo locomoção para avaliar a marcha, o uso de cadeira de rodas e a capacidade de subir escadas. O *Health Assessment Questionnaire* – HAQ (Stanford University School of Medicine, 2018) tem questões a respeito do caminhar

¹ Tradução do original publicado pela American Occupational Therapy Association (2015). Occupational therapy practice framework: Domain and process (3rd ed.). *American Journal of Occupational Therapy*, 68 (Suppl.1), S1–S48. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5014/ajot.2014.682006>. Traduzido para o português por Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui. Tradução autorizada para publicação em português, acesso aberto na *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*.

em lugares planos, de subir e descer escada e sobre a utilização de transporte coletivo (Mello & Mancini, 2007).

Ressaltamos que, embora seja importante a abordagem da mobilidade nas avaliações já utilizadas por terapeutas ocupacionais, ainda precisamos considerar outros aspectos que se referem à mobilidade no sentido que propomos nessa reflexão e que não são contemplados em instrumentos que utilizam escalas numéricas com uma perspectiva mensurativa de itens pré-determinados. Se estamos propondo o conceito de mobilidade urbana como uma prática social, que se refere não só aos movimentos no espaço, mas também aos sentidos sociais, significados e afetos causadores e causados por esses deslocamentos, é preciso pensar que o conceito de mobilidade urbana pode ser incorporado de outras formas nos instrumentos de avaliação que compõem o arsenal de trabalho do terapeuta ocupacional. O artigo de Borba et al. (2017), por exemplo, apresenta uma experiência nesta direção. Com o objetivo de se aproximar do cotidiano das pessoas que frequentavam um determinado serviço, os profissionais buscaram conhecer por onde elas andavam na cidade, circulando junto com a pessoa, indo aos espaços que frequentava e buscando entender como se dava sua inserção e participação na vida urbana.

Vimos, portanto, que avaliações qualitativas e que considerem os aspectos subjetivos são possibilidades de abordagem da mobilidade urbana, sendo que avaliações com esta perspectiva já têm sido utilizadas por terapeutas ocupacionais (Cavalcanti & Galvão, 2007; Rocha & Brunello, 2007). Para tanto, são diversos os recursos que podem integrá-las, como: entrevistas abertas, histórias de vidas, uso de mapas, cartografias, etnografias, grupos de atividades, diários de campo, entre outros.

Podemos inferir, então, que a inclusão de aspectos relacionados ao conceito de mobilidade urbana como um instrumento avaliativo ou parte das avaliações em terapia ocupacional já é realizada, notadamente quando se refere à discussão sobre acessibilidade física (Cavalcanti et al., 2007, 2013). Porém, a ampliação deste conceito contribuiria para uma avaliação mais qualificada no que se refere ao cotidiano concreto de vida das pessoas. Tal abordagem adiciona os aspectos subjetivos e sociais e colabora para o planejamento de intervenções que se estendam ao território e à mobilidade da pessoa por ele, propiciando mais possibilidades de participação social.

Mobilidade urbana como recurso da prática

Consideramos recursos terapêuticos ocupacionais os meios/instrumentos que o profissional utiliza no desenvolvimento de sua prática para atingir seus objetivos. Estes recursos são diversos e incluem atividades, técnicas e métodos. Embora a mobilidade urbana não apareça como um conceito nos textos, intervenções realizadas por diferentes autores revelam que as práticas se utilizam sim da mobilidade, no sentido que propomos nessa reflexão, como um recurso de suas ações.

Entendemos que a mobilidade urbana é essencial para o reconhecimento do território e sua posterior apropriação, possibilitando uma futura participação social, efetivação do direito à cidade e construção e consolidação de redes sociais territoriais. Práticas da terapia ocupacional, em especial da terapia ocupacional social, com o objetivo de apropriação do território e fortalecimento de redes sociais na busca da participação social, são frequentes desde a década de 1970, quando se iniciaram as

discussões desse campo. Atualmente, com base em uma perspectiva crítica da profissão, a qual busca abordar os problemas sociais contemporâneos, o que está presente em todas as áreas de atuação do terapeuta ocupacional, tais questões têm aparecido também em publicações do campo da saúde mental, na reabilitação física, em práticas de saúde comunitárias e culturais, por exemplo. Podemos citar, dentre outras, as publicações de Almeida & Oliver (2001), Castro et al. (2016), Castro & Maxta (2010), Oliver et al. (2000).

Um dos exemplos de recurso de intervenção técnico profissional utilizado por terapeutas ocupacionais é a articulação de redes sociais e de serviços, e de promoção e acesso de sujeitos, assim como de coletivos aos serviços/equipamentos e espaços que lhe são de direito. Os artigos de Ferigato et al. (2016), Kemper et al. (2015) e Lopes et al. (2011) são alguns exemplos. A circulação pela cidade pode ser um recurso para a articulação de redes sociais territoriais, como podemos observar no trecho:

Além disso, investiu-se em seu **acompanhamento singular territorial, buscando conhecer a cidade a partir de sua perspectiva**. Como teve experiência de viver nas ruas por muitos anos, sua desenvoltura ao andar pelo centro da cidade era evidente. Foi também nessas caminhadas que identificou, pouco a pouco, muitas pessoas e locais conhecidos, ao mesmo tempo que era reconhecida por várias pessoas, tanto transeuntes como comerciantes formais e informais da região (Borba et al., 2017, p. 209, grifo nosso).

Outro exemplo vem de uma publicação em que a ação realizada pelos terapeutas ocupacionais se caracterizava por promover o acesso a diferentes espaços públicos da cidade por crianças vulneráveis socialmente. O argumento apresentado é que, por meio da circulação por diferentes espaços, buscou-se a realização de atividades de convivência com a diferença, com a apropriação e com a conscientização de direitos aos espaços públicos e acesso a atividades de lazer (Soares et al., 2009).

Tendo em vista as experiências relatadas pelos autores, podemos inferir que a mobilidade urbana, embora ainda não seja incorporada como um conceito por terapeutas ocupacionais, pode e já tem sido utilizada como um dos recursos terapêutico-ocupacionais por meio de “ir junto” aos espaços, do desenvolvimento de atividades individuais e coletivas pela cidade, junto a um grupo já existente ou à incorporação de novos coletivos. Inclui a informação sobre as possibilidades de lugares a serem frequentados, as formas de acesso, os trajetos e os descolamentos necessários e/ou escolhidos/desejados. Porém, entendemos que a incorporação e estudo da mobilidade urbana como um conceito pode subsidiar mais teoricamente essas práticas, fundamentando-as.

Mobilidade urbana como um objetivo da intervenção

A mobilidade urbana pode ser também o objetivo da intervenção em terapia ocupacional, já que se entende que este conceito é mais do que apenas ações de ir e vir, mas também a possibilidade de produzir novas formas de vida coletiva social, além de ter significados subjetivos a cada um, ou seja, relaciona-se com a busca pela maior participação social dos sujeitos, grupos e/ou coletivos.

No contexto das publicações anglófonas em terapia ocupacional, o conceito de mobilidade parece estar mais voltado à questão da circulação no espaço físico por diferentes espaços, podendo ser sua criação e/ou ampliação o objetivo da intervenção terapêutico-ocupacional. Di Stefano et al. (2009, p. 5, tradução nossa)² definem o que chamam de mobilidade comunitária (*community mobility*) como a “capacidade das pessoas se locomoverem em sua área local e inclui atividades como caminhar, andar de bicicleta, dirigir ou usar transporte público e outros dispositivos de mobilidade”. Nesta perspectiva, a palavra mobilidade foca na acessibilidade aos espaços e transportes públicos coletivos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Cassapian & Rechia, 2014; Cavalcanti et al., 2013; Di Stefano et al., 2009; Logan et al., 2004; Sackley et al., 2009; Vieira et al., 2015; Volpini et al., 2013).

Soares et al. (2009, p. 197), sob a perspectiva da atenção psicossocial, relatam intervenções realizadas em diferentes contextos que tinham como objetivo “[...] favorecer a produção e o exercício coletivo, fomentando as estratégias de circulação e exploração da cidade, bem como as trocas que daí desdobram-se, promovendo maior acessibilidade e pertinência social”. Utilizaram-se, para tal, de estratégias como o mapeamento dos territórios, fortalecimento de redes sociais e utilização de diferentes espaços públicos para a realização das ações profissionais, que aconteciam com diferentes populações. Podemos afirmar que as autoras apresentaram a mobilidade urbana como um objetivo de sua intervenção, uma vez que, além de efetivar deslocamentos pela cidade e refletir sobre as implicações necessárias para eles, buscaram desenvolver atividades que trabalharam com a apropriação de si e de seu entorno, considerando sensações, afetos, dificuldades e interesses envolvidos no processo de mobilidade cotidiana.

Pode também, a depender de cada contexto e o resultado do trabalho, deixar de ser um objetivo e se tornar um recurso da intervenção. A publicação de Baldani & Castro (2007) é um exemplo que demonstra a sobreposição entre avaliação, recursos e objetivos na prática da terapêutica ocupacional. Neste artigo, as autoras apresentam a experiência de uma ação com uma criança que vivia em situação de vulnerabilidade social. Estas enfocam nos processos de mobilidade como um elemento/ recurso para se atingir o objetivo da intervenção: “[...] avaliou-se que realizar com ela a exploração do território forneceria uma nova experiência para M. habitar o mundo [...]. Neste sentido, é necessário em primeiro lugar que o mundo seja apresentado por alguém” (Baldani & Castro, 2007, p. 4).

Percebemos que a mobilidade urbana é um objetivo encontrado em parte da literatura em terapia ocupacional, seja enfocando as pessoas com deficiência, as crianças, os adultos ou os idosos; os usuários de serviços de saúde, educação e assistência social; ou sujeitos em vulnerabilidade social. Pode, também, a depender de cada contexto e o resultado do trabalho, deixar de ser um objetivo e se tornar um recurso da intervenção.

A terapia ocupacional nas políticas públicas de mobilidade urbana

Outra possibilidade de inserção do conceito de mobilidade urbana nas práticas da terapia ocupacional se refere à participação desses profissionais nas políticas públicas de

² No original: “peoples’ ability to transport themselves around their local area and includes activities such as walking, cycling, driving, or using public transportation or other mobility devices such as powered wheelchairs or scooters”.

planejamento urbano, que consideram a mobilidade como um aspecto essencial para o cotidiano de vida nas cidades. Trata-se da ênfase na articulação entre políticas públicas e terapia ocupacional, enfatizando o cotidiano e as necessidades do sujeito para a facilitação do acesso dos cidadãos à vida nas cidades (Correia et al., 2018; Correia et al., 2018; Di Stefano et al., 2012; Jónasdóttir et al., 2018; Jónasdóttir & Polgar, 2018; Parnell & Wilding, 2010).

Reflexões sobre a terapia ocupacional nas ações de planejamento urbano foram encontradas em algumas publicações estrangeiras que trazem posicionamentos acerca dessa possibilidade de atuação. Jónasdóttir & Polgar (2018) afirmam que terapeutas ocupacionais têm explorado a questão da mobilidade em seu sentido físico, mas não se debruçado sobre as políticas relacionadas a elas. Ainda com essas mesmas pesquisadoras, um estudo de 2018 levanta quais seriam as possibilidades de atuação da terapia ocupacional relacionadas à mobilidade. Por se utilizarem do referencial teórico da Ciência Ocupacional, defendem a necessidade de se incorporar os conceitos utilizados neste campo, especificamente de direitos ocupacionais e justiça ocupacional³ para a implementação de políticas de mobilidade, assim como relacionar as ocupações e os recursos necessários para que se efetuem na formulação de políticas públicas (Jónasdóttir et al., 2018). Outra publicação pontua como um dos papéis do terapeuta ocupacional a participação na política e o desenvolvimento de pesquisas sobre mobilidade urbana, colocando a temática como pauta para a profissão (Di Stefano et al., 2012).

No Brasil, a discussão da terapia ocupacional no planejamento urbano é recente. Correia et al. (2018, p. 356) identificaram ações da terapia ocupacional em três categorias no planejamento urbano: ocupações coletivas, abordagem comunitária e leituras comunitárias, defendendo que os profissionais podem “colaborar como consultores”, tendo em vista seus conhecimentos sobre participação.

O artigo de Correia et al. (2018) apresenta as estratégias realizadas por terapeutas ocupacionais para a efetivação da participação coletiva nas políticas de planejamento urbano, por exemplo o desenvolvimento social participativo do Estatuto da Cidade, sendo elas: imersão para conhecimento da realidade local, mapeamento das redes sociais de suporte, rodas de conversa e oficina de atividades. Esses recursos, bastante incorporados nas práticas terapêuticas ocupacionais em geral, buscaram que a própria população se conscientizasse das suas necessidades e das suas possibilidades de participação política coletiva na reivindicação das demandas locais para o seu desenvolvimento (Correia et al., 2018).

Ao pensar na inserção da profissão no debate das políticas urbanas, para além dos já essenciais conhecimentos necessários mostrados pelos autores, adicionamos a necessidade de uma apropriação conceitual de elementos constituintes de tais políticas, sendo um deles o conceito de mobilidade urbana. Tal conceito, com seu enfoque no cotidiano concreto de vida das pessoas, possibilitaria a abordagem de ações de planejamento urbano que vislumbrem a acessibilidade, física e subjetiva, do maior número possível de pessoas no contexto das cidades.

³ Para Nilsson & Townsend (2010), justiça ocupacional é aquela que reconhece a ocupação como um direito, tendo, portanto, como objetivo a participação para todas as pessoas e coletivos nas ocupações diárias, minimizando as diferenças do acesso a esse direito por questões relacionadas a aspectos como idade, habilidade, gênero, classe social, entre outras.

Considerações Finais

Tendo em vista a discussão acumulada nas ciências humanas e sociais, assim como a literatura em terapia ocupacional sobre os usos e aplicações do conceito de mobilidade, apresentamos a mobilidade urbana cotidiana como os deslocamentos físicos realizados cotidianamente por pessoas e grupos no espaço urbano, implicados por significados e significações relacionados ao contexto sociocultural, transformados e transformadores das relações sociais nas cidades. Defendemos que o estudo da mobilidade urbana por terapeutas ocupacionais pode ser relevante para suas práticas e pesquisas, podendo ser tanto utilizada como uma forma/instrumento de avaliação em terapia ocupacional, um recurso da prática para se atingir o objetivo proposto, o objetivo final da intervenção, ou para fundamentar a inserção da profissão na discussão das políticas públicas de planejamento urbano.

Utilizar o conceito de mobilidade urbana nas avaliações em terapia ocupacional pode ajudar os profissionais a entender melhor as dinâmicas da vida cotidiana dos sujeitos e grupos que acompanham, analisando as dimensões objetivas e subjetivas, históricas, sociais e culturais de sua circulação, assim como aspectos que poderiam ser incluídos nos projetos terapêuticos ocupacionais. Empregado como recurso, caso um sujeito ou grupo tenha dificuldades em se inserir em espaços que deseja no seu cotidiano, mobilidade pode ser utilizado nos acompanhamentos terapêuticos ocupacionais. Como objetivo da prática, integra as estratégias para buscar um maior nível de participação social.

Considerando a ampliação do conceito de mobilidade urbana cotidiana, que engloba novos olhares, em especial dos seus aspectos sociais, entendemos que este conceito pode ser incorporado por terapeutas ocupacionais de modo a fundamentar suas práticas e seus estudos. Se a terapia ocupacional, como profissão, busca desempenhar uma posição crítica que efetivamente considere o cotidiano de vida das pessoas, é preciso se debruçar nas diferentes dimensões e contradições que o compõe. A mobilidade urbana é uma delas e de extrema relevância, pois demonstra fatores sociais, físicos, atitudinais que impedem e/ou limitam o verdadeiro exercício de participação social.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES), código do financiamento 001.

Referências

- Algado, S. S. (2016). Una definición de Terapia Ocupacional desde un paradigma crítico. In S. S. Algado, A. G. Córdoba, F. C. Oliver, S. M. Galheigo & S. García-Ruiz (Eds.), *Terapias ocupacionales desde el sur: derechos humanos, ciudadanía y participación* (pp. 173-188). Santiago de Chile: Editorial Universidad de Santiago de Chile.
- Almeida, M. C., & Oliver, F. C. (2001). Abordagem comunitárias e territoriais em reabilitação de pessoas com deficiência: fundamentos para a Terapia Ocupacional. In M. M. De Carlo & C. C. Bartalotti (Orgs.), *Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas* (pp. 81-98). São Paulo: Plexus.
- American Occupational Therapy Association – AOTA. (2015). Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo 3ª ed. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São*

- Paulo, 26(Esp.), 1-49. Recuperado em 28 de agosto de 2018, de <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/97496/96423>
- Balhim, R. (2016). Mobilidade: uma abordagem sistêmica. In R. Balhim, C. Krause & C.C. Linke (Orgs.), *Cidade e Movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano* (pp. 23-42). Brasília: Ipea.
- Baldani, A. C., & Castro, E. D. (2007). Construindo espaços de habitar: ações de terapia ocupacional com uma criança em situação de risco social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 18(1), 1-10. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v18i1p1-10>.
- Barros, D. D., Lopes, R. E., & Galheigo, S. M. (2007). Novos espaços, novos sujeitos: a terapia ocupacional no trabalho territorial e comunitário. In A. Cavalcanti & C. Galvão. *Terapia Ocupacional: fundamentação e prática* (pp. 354 – 363). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Borba, P. L. O., Costa, S. L., Savani, A. C. C., Anastácio, C. C., & Ota, N. H. (2017). Entre fluxos, pessoas e territórios: delineando a inserção do terapeuta ocupacional no sistema único de assistência social. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 25(1), 203-214. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoRE0758>.
- Brasil. (2011, 10 de julho). Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília.
- Cafrune, M. E. (2016). O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. *Revista Interdisciplinas de Direitos Humanos*, 4(1), 185-206.
- Cassapian, M. R., & Rechia, S. (2014). Lazer para todos? análise de acessibilidade de alguns parques de Curitiba, PR. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 22(1), 25-38. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2014.004>.
- Castro, E. D., Inforsato, E. A., Buelau, R. M., Valent, I. U., & Lima, E. A. (2016). Território e diversidade: trajetórias da terapia ocupacional em experiências de arte e cultura. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 24(1), 3-12. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0663>.
- Castro, L. M., & Maxta, B. S. B. (2010). Práticas territoriais de cuidado em saúde mental: experiências de um centro de atenção psicossocial no município do Rio de Janeiro. *Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, 6(1), 1-11. Recuperado em 15 de abril de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762010000100004&lng=pt&tlng=pt
- Cavalcanti, A., & Galvão, C. (2007). Avaliação dos contextos. In A. Cavalcanti & C. Galvão. *Terapia Ocupacional: fundamentação e prática* (pp. 106-109). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Cavalcanti, A., Galvão, C., & Miranda, S. G. S. (2007). Mobilidade. In A. Cavalcanti & C. Galvão. *Terapia Ocupacional: fundamentação e prática* (pp. 427-434). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Cavalcanti, A., Alves, A. L., Vieira, A. F. R., Aramaki, A. K., & Santana, A. P. S. (2013). Acessibilidade em transporte coletivo urbano na perspectiva dos motoristas e cobradores. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 12(1), 19-24. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2013.004>.
- Cavalcanti, A., Dutra, F. C. M. S., & Elui, V. M. C. (2015). Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio e processo. 3a edição. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 26(edição especial), 1-49.
- Córdoba, A. G. (2012). Enfoque y praxis en terapia ocupacional: reflexiones desde una perspectiva de la terapia ocupacional crítica. *TOG (A Coruña)*, 9(5), 18-29.
- Correia, R. L., Costa, S. L., & Akerman, M. (2018). Processos de inclusão e participação quilombola as políticas urbanas na cidade. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 2(4), 827-839. <http://dx.doi.org/10.47222/2526-3544.rbto14833>.
- Di Stefano, M., Lovell, R., Stone, K., & Oh, S. (2009). Supporting individuals to make informed personal mobility choices. *Topics in Geriatric Rehabilitation*, 25(1), 55-72. <http://dx.doi.org/10.1097/TGR.0b013e3181914b2a>.

- Di Stefano, M., Stuckey, R., & Lovell, R. (2012). Promotion of safe community mobility: challenges and opportunities for occupational therapy practice. *Australian Occupational Therapy Journal*, 59(1), 98-102. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1440-1630.2011.00993.x>.
- Ferigato, S. H., Carvalho, S. R., & Teixeira, R. R. (2016). Cartografia dos Centros de Convivência: a produção de encontros e redes. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 27(1), 12-20.
- Florentino, R. (2011). Como transformar o direito à mobilidade urbana em indicadores de políticas públicas? Uma contribuição. *e-metropolis. Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, 2(7), 44-56.
- Galheigo, S. M. (2003). O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 14(3), 104-109.
- Galheigo, S. M. (2012). Perspectiva crítica y compleja de Terapia Ocupacional: actividad, cotidiano, diversidad, justicia social y compromiso ético-político. *TOG (A Coruña)*, (5), 176-187.
- Jónasdóttir, S. K., Egilson, S. P., & Polgar, J. (2018). Services, systems, and policies affecting community mobility for people with mobility impairments in Northern Iceland: an occupational perspective. *Journal of Occupational Science*, 25(3), 1-13. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2018.1474797>.
- Jónasdóttir, S. K., & Polgar, J. M. (2018). Services, systems, and policies affecting mobility device users' community mobility: a scoping review: Services, systèmes et politiques influençant la mobilité dans la communauté des utilisateurs d'aides à la mobilité: examen de la portée. *Canadian Journal of Occupational Therapy. Revue canadienne d'ergothérapie*, 85(2), 1-13. <https://doi.org/10.1177/0008417417733273>.
- Kemper, M. L. C., Martins, J. P. A., Monteiro, S. F. S., Pinto, T. S., & Walter, F. R. (2015). Integralidade e redes de cuidado: uma experiência do PET-Saúde/Rede de Atenção Psicossocial. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 19(Supl. 1), 995-1003. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622014.1061>.
- Léfèbvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- Logan, P. A., Gladman, J. R., Avery, A., Walker, M. F., Dyas, J., & Groom, L. (2004). Randomised controlled trial of an occupational therapy intervention to increase outdoor mobility after stroke. *BMJ (Clinical Research Ed.)*, 329(7479), 1372-1375. <http://dx.doi.org/10.1136/bmj.38264.679560.8F>.
- Lopes, R. E., Borba, P. L. O., & Cappellaro, M. (2011). Acompanhamento individual e articulação de recursos em Terapia Ocupacional Social: compartilhando uma experiência. *O Mundo da Saúde*, 35(2), 233-238.
- Malfitano, A. P. S. (2016). Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Orgs.), *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 17-133). São Carlos: EDUFSCar.
- Mancini, M. C. (2010). *Inventário da Avaliação Pediátrica de Incapacidade (PEDI): manual da versão brasileira adaptada*. Belo Horizonte: UFMG.
- Medeiros, M. H. R. (2000). A Terapia Ocupacional em relação à produção de conhecimento. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 8(1), 61-68.
- Mello, M. A. F., & Mancini, M. C. (2007). Avaliação das atividades de vida diária e controle domiciliar. In A. Cavalcanti & C. Galvão. *Terapia Ocupacional: fundamentação e prática* (pp. 49-54). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Nilsson, I., & Townsend, E. (2010). Occupational justice-bridging theory and practice. *Scandinavian Journal of Occupational Therapy*, 17(1), 57-63. <http://dx.doi.org/10.3109/11038120903287182>.
- Oliver, F. C., Tissi, M. C., Aoki, M., & Castro, L. H. (2000). Reabilitação baseada na comunidade: produzindo ações no contexto sociocultural. *Quaestio - Revista de Estudos de Educação*, 2(1), 79-84.
- Parnell, T., & Wilding, C. (2010). Where can an occupation-focussed philosophy take occupational therapy? *Australian Occupational Therapy Journal*, 57(5), 345-348. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1440-1630.2010.00860.x>.

- Riberto, M., Miyazaki, M. H., Jorge Filho, D., Sakamoto, H., & Battistella, L. R. (2001). Reprodutibilidade da versão brasileira da Medida de Independência Funcional. *Acta Fisidátrica*, 8(1), 45-54. <http://dx.doi.org/10.5935/0104-7795.20010002>.
- Rocha, E. F., & Brunello, M. I. B. (2007). Avaliação qualitativa em Terapia Ocupacional: princípios, métodos e técnicas de coleta de dados. In A. Cavalcanti & C. Galvão. *Terapia Ocupacional: fundamentação e prática* (pp. 44-48). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Sackley, C. M., van den Berg, M. E., Lett, K., Patel, S., Hollands, K., Wright, C. C., & Hoppitt, T. J. (2009). Effects of a physiotherapy and occupational therapy intervention on mobility and activity in care home residents: a cluster randomised controlled trial. *BMJ (Clinical Research Ed.)*, 339, 1-9. <http://dx.doi.org/10.1136/bmj.b3123>.
- São Paulo. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC. (2015). *Cadernos de Formação. Direito à cidade*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- Soares, M. R. M., Castro, E. D., & Inforsato, E. A. (2009). Cidade adentro, cidade afora: histórias entre Associação Morungaba e PACTO-USP. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 20(3), 193-198. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v20i3p193-198>.
- Souza, A. S. B. (2014). *Presos no círculo, prostrados no asfalto: tensões entre o móvel e o imóvel* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Stanford University School of Medicine. Division of Immunology & Rheumatology. (2018). *The Health Assessment Questionnaire Manual (HAQ)*. Recuperado em 28 de agosto de 2018, de <https://www2.gov.bc.ca/assets/gov/health/forms/5383fil.pdf>
- Vieira, A. F. R., Cavalcanti, A., & Alves, A. L. (2015). O direito de ir e vir: a acessibilidade do transporte público. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 23(4), 775-780. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO505A>.
- Volpini, M., Brandão, M. B., Pereira, L. A. R., Mancini, M. C., & Assis, M. G. (2013). Mobilidade sobre rodas: a percepção de pais de crianças com paralisia cerebral. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 21(3), 471-478. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2013.049>.

Contribuição dos Autores

O artigo faz parte da pesquisa de doutorado em terapia ocupacional da primeira autora, sob orientação da segunda autora. Monica Villaça Gonçalves trabalhou na concepção do artigo e Ana Paula Serrata Malfitano trabalhou em sua orientação. Ambas autoras trabalharam juntas na estruturação, escrita e revisão do artigo, aprovando sua versão final.

Autor para correspondência

Monica Villaça Gonçalves
E-mail: movillaca@gmail.com

Editores de seção

Profa. Dra. Beatriz Prado Pereira